

JUCESP
30 01 18

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 22, E
DE CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE
LIMITADA.**

= MILK VITTA – COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA =
C.N.P.J.(MF) Nº 04.252.652/0001-74
N.I.R.E. Nº 3521674179-2

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, os abaixo-assinados e assim qualificados:

PAOLA NARDINI, brasileira, natural de Novo Horizonte, Estado de São Paulo, divorciada, nascida em 22/12/1960, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG.nº 3.886.625-0-SSP-SP, expedida em 19/09/2006, e do CPF(MF).nº 035.179.288-01, residente e domiciliada nesta cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, na rua Ibó nº 80, Parque Iracema, CEP: 15.800-130, e

ANDRÉ NARDINI SADER, brasileiro, natural de Jaboticabal, Estado de São Paulo, solteiro, nascido em 07/01/1986, industrial, portador da Cédula de Identidade RG.nº 35.162.234-2-SSP-SP e do CPF(MF).nº 325.009.218-59, residente e domiciliado nesta cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, na rua Ibó nº 80, Parque Iracema, CEP: 15.800-130,

únicos sócios componentes da sociedade limitada, que vem girando nesta cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, na rua Olinda nº 1.229, Parque Residencial Comendador João Amêndola, CEP nº 15.801-200, sob a denominação social de: MILK VITTA – COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, com CNPJ.(MF) nº 04.252.652/0001-74 e NIRE nº 3521674179-2, cuja constituição e última alteração contratual encontram-se arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nºs 3521674179-2 e 290.751/16-0, em sessão de 22 de janeiro de 2001 e 21 de outubro de 2016, respectivamente, têm entre si, justo e contratado, a alteração do referido contrato a saber:

a) Resolvem os sócios, abrir uma **FILIAL**, que funcionará como Depósito Fechado de laticínios, localizada na Rua Lucélia nº 744, Jardim Del Rey, nesta cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, CEP: 15.802-050.

1

CÓPIA REDUZIDA



JUCESP
30 01 18

b) Em virtude da alteração havida, à cláusula "segunda", do contrato social primitivo, passará a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA (do contrato social): A sociedade terá sede e foro na rua Olinda nº 1.229, Parque Residencial Comendador João Amêndola, no município de Catanduva, Estado de São Paulo, CEP nº 15.801-200, e uma **FILIAL** na Rua Lucélia nº 744, Jardim Del Rey, nesta cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, CEP: 15.802-050, que funcionará como Depósito Fechado de laticínios;

Parágrafo único: É facultado à sociedade a qualquer tempo, ao arbítrio exclusivo de sua administração, abrir, manter ou encerrar filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo, se necessário, observada a legislação vigente sobre a matéria.

c) Permanecem em pleno vigor as demais cláusulas contratuais não atingidas pelo presente instrumento;

d) Em virtude da alteração havida resolvem os sócios, consolidar o Contrato Social a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA FIRMA

= MILK VITTA – COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA =

A sociedade, composta pelos sócios **PAOLA NARDINI**, brasileira, natural de Novo Horizonte, Estado de São Paulo, divorciada, nascida em 22/12/1960, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG.nº 3.886.625-0-SSP-SP, expedida em 19/09/2006, e do CPF(MF).nº 035.179.288-01, residente e domiciliada nesta cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, na rua Ibó nº 80, Parque Iracema, CEP: 15.800-130; e **ANDRÉ NARDINI SADER**, brasileiro, natural de Jaboticabal, Estado de São Paulo, solteiro, nascido em 07/01/1986, industrial, portador da Cédula de Identidade RG.nº 35.162.234-2-SSP-SP e do CPF(MF).nº 325.009.218-59, residente e domiciliado nesta cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, na rua Ibó nº 80, Parque Iracema, CEP: 15.800-130, será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

CÓPIA REDUZIDA



2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos
Comarca de Catanduva - SP
Rua Sergipe nº 705 - Centro - Cep: 15800-100 - Catanduva/ SP
Vanderlei Carlos Facchin - Tabelião

Catanduva,

17 FEV. 2020

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, a qual confiarei com o original a mim apresentado, do que dou fé.
Válido somente com o selo de autenticidade - Emls: 3,79

JUCESP
30 01 18

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA RAZÃO SOCIAL

A sociedade gira sob a razão social de **MILK VITTA - COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA**, sendo regida de conformidade com Lei nº 10.406/2002 e supletivamente pela Lei nº 6.404/76.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA SEDE

A sociedade terá sede e foro na rua Olinda nº 1.229, Parque Residencial Comendador João Amêndola, no município de Catanduva, Estado de São Paulo, CEP nº 15.801-200, e uma **FILIAL** na Rua Lucélia nº 744, Jardim Del Rey, nesta cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, CEP: 15.802-050, que funcionará como Depósito Fechado de laticínios;

Parágrafo único: É facultado à sociedade a qualquer tempo, ao arbítrio exclusivo de sua administração, abrir, manter ou encerrar filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo, se necessário, observada a legislação vigente sobre a matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO OBJETO SOCIAL

A sociedade terá por objeto a exploração do ramo de: Importação, Exportação e a Comercialização de produtos lácteos, agrícolas, semi-elaborados e cereais em geral, bem como o Beneficiamento, transformação e industrialização de produtos lácteos, agrícolas e semi-elaborados, e ainda a prestação de serviços de envasamento de produtos lácteos e cereais em geral, e Comércio Varejista e Importação e Exportação de produtos Alimentícios; Comércio de Alimentos animais, materiais Odontológicos, materiais Químicos, materiais de Coudelaria e Zootécnico, material de caça e pesca, material Educativo e Esportivo, material de Festividades e Homenagens, material de Expediente, material de Processamento de Dados, material de Acondicionamento e Embalagens, material de Cama, Mesa e Banho, material de Copa e Cozinha, material de Limpeza e Produtos de Higienização, Uniformes e Tecidos e Aviamentos, material para Manutenção de Bens Móveis, material Elétrico e Eletrônico, material de Proteção e Segurança, material para Áudio, Vídeo e Foto, material para Comunicações, Sementes, Mudanças e Plantas e Insumos, material de Construção, material Laboratorial, material Hospitalar, material para utilização Gráfica, cestas básicas, Aparelhos para medição e Orientação, Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, Equipamentos e

CÓPIA REDUZIDA

3

Bruno Pau
Escrevente Autor



2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos
Comarca de Catanduva - SP
Rua Sergipe nº 706 - Centro - Cep: 15800-100 - Catanduva/ SP
Vanderlei Carlos Facchin - Tabelião

Catanduva,

17 FEV. 2020

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, a qual confere com o original a mim apresentado, do que dou fé.
Válido somente com o selo de autenticidade - Emls: 3.7º

DUCE SP
30 01 18

Utensílios Médicos e Odontológicos, Laboratorial e Hospitalar, Aparelhos e Equipamentos de Esportes e Diversões, Aparelhos e Utensílios Domésticos, Instrumentos Musicais e Artísticos, Máquinas e Equipamentos Gráficos, Equipamentos e Utensílios para Escritório, Mobiliários em Geral e Importação e Comércio de artigos para presentes e de decoração.

CLÁUSULA QUARTA
DO PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade é indeterminado, extinguindo-se por vontade das sócias e nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA QUINTA
DO CAPITAL SOCIAL

O capital social totalmente integralizado é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) de quotas sociais, todas com direito a voto, no valor nominal de R\$1,00 (um real), assim distribuídas entre os sócios:

PAOLA NARDINI	500.000 quotas	R\$ 500.000,00
ANDRÉ NARDINI SADER	500.000 quotas	R\$ 500.000,00
TOTAL	1.000.000 quotas	R\$ 1.000.000,00

Parágrafo único: O capital social está totalmente integralizado e processou-se inicialmente com dinheiro, moeda corrente no País, e posteriormente com a utilização parcial do saldo da conta de lucros acumulados e reservas para aumento de capital.

CLÁUSULA SEXTA
DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme preceitua o artigo 1.052 do Código Civil, Lei nº 10.406/2002;

Parágrafo único: Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece o Artigo 1.054 c/c o artigo 997, VIII, do Código Civil, Lei nº 10.406/2002.

CÓPIA REDUZIDA

[Assinaturas manuscritas]

Bruno Paulucci
Escritor Autorizado



2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos
Comarca de Catanduva - SP
Rua Sergipe nº 705 - Centro - Cep. 15800-100 - Catanduva/ SP
Vanderlei Carlos Facchin - Tabelião

Catanduva, 17 FEV. 2020

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, a qual confere com o original e mim apresentado, do que dou fé.
Valido somente com o selo de autenticidade - Emiss: 3,79

JUCESP
30 01 18

CLÁUSULA SÉTIMA

DA ADMINISTRAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

A administração da sociedade caberá aos sócios já qualificados no preâmbulo deste instrumento, aos quais ficam autorizados ao uso da denominação social, dispensados de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la em juízo ou fora dele, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, assinando, em conjunto ou isoladamente, perante as instituições financeiras e todos os documentos necessários à gestão dos negócios, podendo inclusive nomear procuradores, desde que com prazo de mandado determinado e poderes específicos, inclusive para outorgas de escrituras de venda e compra.

CLÁUSULA OITAVA

DO IMPEDIMENTO DE USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

Os administradores ficam investidos de todos os poderes necessários para a prática dos atos de gestão, ficando vedado os avais, fianças ou outras garantias de favor, bem como o uso ou emprego da denominação social em negócios ou transações estranhos aos objetivos sociais.

CLÁUSULA NONA

DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Anualmente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao final do exercício social, será realizada a reunião ordinária dos quotistas, para aprovação do Balanço Geral e demais Demonstrações Financeiras da sociedade.

§1º - Reuniões extraordinárias poderão ser realizadas sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento ou a manifestação dos quotistas.

§2º - As decisões dos quotistas deverão ser aprovadas por aqueles que representarem a maioria absoluta do capital social, ressalvada a necessidade de outro quorum exigido por Lei.

§3º - As deliberações sociais serão tomadas em reuniões dos sócios, presidida e secretariada pelos sócios presentes, que lavrarão uma Ata de reunião levada posteriormente a registro em órgão competente, ficando a sociedade dispensada da manutenção do Livro Ata;

§4º - A convocação para reunião de sócios se dará por escrito, com obtenção individual de ciência, dispensando-se as formalidades da publicação do anúncio, conforme §6º, do artigo 1.072, da Lei nº 10.406/02.

5

CÓPIA REDUZIDA



DUCE SP
30 01 18

§5º - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social e, em seguida, com qualquer número.

§6º - Nas reuniões o sócio poderá ser representado por outro sócio ou por procurador devidamente constituído para este fim específico.

§7º - Os sócios deliberarão, em reuniões, sobre as seguintes matérias:

1. a aprovação das contas da administração;
2. a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
3. a destituição dos administradores;
4. a modificação do contrato social;
5. a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
6. a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
7. o pedido de recuperação judicial.

§8º - As deliberações dos sócios serão tomadas observado os quoruns mínimos a seguir:

1. pelos votos correspondentes, no mínimo, a 3/4 (três quartos) do capital social nos casos previstos nos incisos V e VI do artigo 1.071 da Lei nº 10.406/02;
2. pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social nos casos previstos nos incisos II, III, IV e VIII do artigo 1.071 da Lei 10.406/02;
3. pela maioria de votos dos presentes nos demais casos previstos neste contrato ou na Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS RETIRADAS "PRÓ-LABORE"

Pelo exercício da administração os administradores, poderão fazer uma retirada mensal, a título de 'pró-labore', observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO RESULTADO E SUA DISTRIBUIÇÃO

O exercício social coincidirá com o ano civil encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, elaborando as demonstrações financeiras exigidas legalmente;

§1º - A sociedade deliberará, em reunião dos sócios devidamente convocados, a respeito da distribuição dos resultados desproporcional aos

6

CÓPIA REDUZIDA



2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos
Comarca de Catanduva - SP
Rua Sergipe nº 705 - Centro - Cep: 15800-100 - Catanduva/ SP
Vanderlei Carlos Facchin - Tabelião

Catanduva,

17 FEV. 2020

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, a qual confere com o original a mim apresentado, do que dou fé.
Válido somente com o selo de autenticidade - Emis: 3,79

DUCE SP
30 01 18

percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/02;

§2º - Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA **DA CESSÃO DE QUOTAS**

Salvo as hipóteses de sucessão "causa mortis", qualquer outra forma de cessão ou transferência de quotas, seja a que título for, dependerá da anuência expressa e escrita dos quotistas que representem, juntos, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social;

§1º - A sociedade e os demais quotistas, obedecida esta ordem, têm prioridade na aquisição parcial ou total das quotas pertencentes a quotistas, desde que a cessão ou transferência não se efetive diante da hipótese de que dispõe o "caput" desta cláusula. A prioridade, em relação com terceiros, será absoluta, devendo ser exercida sob o preço, forma e condições de pagamento previstos nos parágrafos abaixo;

§2º - O valor de cada quota será determinado com base no valor efetivo, real e atualizado do patrimônio da sociedade, apurado de acordo com o Balanço Patrimonial levantado no mês anterior à data da alienação;

§3º - O valor total das quotas colocadas à venda, apurado na forma do parágrafo anterior, será dividido e pago em uma única parcela, vencendo-se 30 (trinta) dias após a efetivação da aquisição;

§4º - Na hipótese prevista no "caput" desta cláusula, cumpre ao quotista que desejar vender suas quotas enviar comunicação escrita à sociedade e aos demais sócios, via epistolar, indicando o número de quotas postas à venda;

§5º - Uma vez notificada a sociedade e, por extensão, os demais quotistas, na forma do §4º, terão estes, também, o prazo de 30 (trinta) dias corridos para manifestarem a intenção de adquirir as quotas à venda. Essa intenção deverá ser comunicada ao quotista pela mesma via epistolar. O prazo de trinta (30) dias corridos, acima designado, começará a fluir do instante da entrega oficial da comunicação, ao quotista ou ao seu representante legal, na residência indicada neste contrato.

CÓPIA REDUZIDA

Bruno Paul
Escritor Aut



2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos
Comarca de Catanduva - SP
Rua Sergipe nº 705 - Centro - Cep: 15800-100 - Catanduva/SP
Vanderlei Carlos Facchin - Tabelião

Catanduva,

17 FEV. 2020

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, a qual confere com o original a mim apresentado, do que dou fé.
Válido somente com o selo de autenticidade - Emis: 3,79

JUCESP
30 01 18

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO FALECIMENTO DE SÓCIO

Ocorrendo a morte ou a incapacidade do quotista, os seus herdeiros ou sucessores, no prazo de 30 (trinta) dias deverão indicar pessoa que os represente perante a sociedade. Essa representação será sempre provisória, com vigência até a abertura do inventário ou sentença judicial que decreta a reabilitação do incapaz.

§1º - Não sendo feita a indicação no prazo indicado no "caput" desta cláusula, a representação será automaticamente exercida pelo inventariante do Espólio ou pelo curador do incapaz.

§2º - Na hipótese de morte de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, persistindo com os sócios remanescentes ou, ainda, em conjunto com os herdeiros do "de cujus", obedecidos quanto aos menores ou incapazes, os preceitos dos regimes de tutela e curatela.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade será dissolvida apenas por deliberação dos sócios-quotistas para este fim convocados, respeitado o quorum deliberativo previsto no §8º da cláusula nona.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DOS CASOS OMISSOS

De conformidade com o que dispõe o artigo 1.053, parágrafo único, do Código Civil, observar-se-ão na omissão do diploma legal nominado e deste contrato, as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas, aplicável supletivamente à sociedade limitada, bem como pela legislação advinda posteriormente e aplicável à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DO DESIMPEDIMENTO

Os sócios declaram expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/02.

8

CÓPIA REDUZIDA



2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos
Comarca de Catanduva - SP
Rua Sergipe nº 706 - Centro - Cep: 13100-100 - Catanduva/ SP
Vanderlei Carlos Facchin - Tabelião

Catanduva, 17 FEV. 2020

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, a qual confere com o original a mim apresentado, do que dou fé, ficando somente com o selo de autenticidade - Emts: 3 **

JUCESP
30 01 18

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DO FORO

Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da comarca de Catanduva, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, ainda que venha ocorrer mudança de domicílio de qualquer das quotistas.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Contrato Social, em 3 (três) vias de igual forma e teor na presença das testemunhas adiante nomeadas, devendo a primeira via ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP).

Catanduva-SP, 30 de dezembro de 2017.

Paola Nardini

PAOLA NARDINI

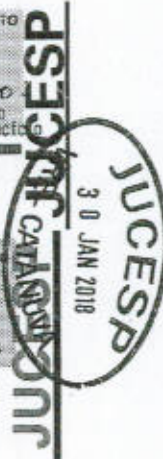
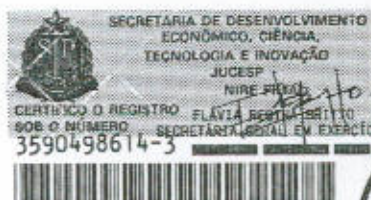
ANDRÉ NARDINI SADER

TESTEMUNHAS:

EDEGAR MOACIR PIROLA
(RG.Nº 4.283.671-2-SSP-SP)

MARCELO CANALLI
(RG.Nº 27.557.210-9-SSP-SP)

CÓPIA REDUZIDA



Bruno Paulino
Escrevente Autorizado



2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos
Comarca de Catanduva - SP
Rua Sergipe nº 705 - Centro - Cep: 15800-100 - Catanduva/ SP
Vanderlei Carlos Facchin - Tabelião

Catanduva, 17 FEV. 2020

AUTENTICO a presente cópia reprográfica, a qual confere com o original a mim apresentado, do que dou fé.
Válido somente com o selo de autenticidade - Embr: 3.º